

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009184-89.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido**
Requerente: **MARIANE CAROLINE SOARES DE OLIVERA**
Requerido: **Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária São Carlos Iiii Spe Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a ré contrato para a aquisição de bem imóvel, financiando parte do pagamento ajustado.

Alegou ainda que para que pudesse receber o imóvel a ré lhe cobrou certa quantia em dinheiro, sem qualquer explicação para tanto.

Almeja ao ressarcimento de quantia que especificou.

A ré sustentou na peça de resistência que a cobrança lançadas à autora derivou da incidência da correção monetária adotada pela

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

variação do INCC.

A previsão para a atualização dos valores está estampada na cláusula 4.2 do instrumento firmado (fl. 135), bem como consta – inclusive quanto ao índice aludido – da Observação 1 de fls. 135.

Alias, o item (iii) do instrumento de fl. 5, conduz a mesma lógica.

Conclui-se, pois, que a ré agiu devidamente amparada ao proceder à correção das parcelas.

Não detecto, enfim, dado concreto que firmasse a ideia de que a autora experimentou prejuízo com a conduta da ré, de sorte que a pretensão deduzida não prospera.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**